

OECD Regions at a Glance

Summary in Portuguese

Panorama das Regiões da OCDE

Sumário em Português

Guia do Leitor

Por que *Panorama das Regiões da OCDE*?

Nos últimos anos, os problemas de desenvolvimento regional ressurgiram na agenda política de inúmeros países da OCDE. O alto grau de integração promovido por processos institucionais (por exemplo, a União Europeia, a Organização Mundial do Comércio) e por tendências econômicas (como a globalização) estão diminuindo as fronteiras nacionais e dando origem à concorrência nas diretrizes regionais do mercado mundial. Ao mesmo tempo, a persistência de disparidades regionais significativas representa um desafio para a capacidade que têm os países em promover o crescimento econômico, continuando a garantir a coesão social.

O interesse redobrado pelos problemas regionais gerou pouca demanda de indicadores estatísticos a nível sub-nacional. Os formuladores de políticas precisam ter informações estatísticas completas sobre as fontes de competitividade regional, mas esse tipo de informação nem sempre está disponível. Os dados sub-nacionais são limitados e é difícil comparar os indicadores regionais entre os países.

Panorama das Regiões da OCDE almeja começar a reduzir estas diferenças analisando e comparando os principais modelos regionais e as principais tendências regionais entre os países da OCDE.

Comparando as regiões

O principal problema da análise econômica no plano sub-nacional consiste na unidade da própria análise, ou seja, da região. A palavra "região" pode ter significados muito diferentes num mesmo país e entre os países. Por exemplo, a superfície da menor região

da OCDE (Concepcion de Buenos Aires, México) é inferior a 10 km², enquanto a da maior (Nunavut, Canadá) é superior a 2 000 km². Do mesmo modo, a população das regiões da OCDE varia de 400 habitantes no Balance ACT (Austrália) a mais de 47 milhões em Janto (Japão).

Para abordar esse problema, a OCDE classificou regiões de cada país membro (cf. Fontes & Metodologias "Redes Regionais da OCDE"). A classificação é fundamentada em dois níveis territoriais (TL). O nível mais elevado (Nível Territorial 2) é constituído de aproximadamente 300 macro-regiões e o menor nível (Nível Territorial 3) é constituído de mais de 2 300 micro-regiões.¹ Essa classificação – que, para os países europeus, é totalmente compatível com a classificação da Eurostat – facilita a comparação das regiões no mesmo nível territorial. Aliás, esses dois níveis, elaborados oficialmente e relativamente estáveis em todos os países membros, são utilizados por muitos como um modelo para a implementação de políticas regionais.

O segundo problema refere-se à "geografia" diferente de cada região. No Reino Unido, por exemplo, pode haver questões sobre a pertinência da comparação entre a superfície altamente urbanizada de Londres e a região rural das Ilhas Shetlands, embora as duas regiões façam parte de um mesmo nível territorial. Levando em consideração essas diferenças, a OCDE elaborou uma tipologia segundo a qual as regiões foram classificadas como predominantemente urbanas, predominantemente rurais e intermediárias. Essa tipologia, fundamentada no percentual de população regional que vive em comunidades rurais ou urbanas, possibilita comparações significativas entre regiões pertencentes ao mesmo tipo (Fontes & Metodologias, "A Tipologia Regional da OCDE").

Estrutura da publicação

De acordo com a nova abordagem política elaborada pelos países da OCDE, "Panorama das Regiões" organiza-se em torno de três temas principais:

1. As regiões como atores do crescimento nacional.
2. Melhor utilização dos recursos locais.
3. Concorrência baseada no bem-estar regional.

O primeiro tema demonstra que há uma grande tendência em localizar os fatores do crescimento nacional em algumas regiões, de modo que a promoção do crescimento nacional exija a melhoria da utilização desses fatores no âmbito das regiões. O segundo tema avalia o desempenho econômico das regiões e identifica os recursos não utilizados que podem ser mobilizados para melhorar a competitividade regional. Finalmente, o terceiro tema examina as diversas dimensões do bem-estar, na perspectiva que o bem-estar é um fator chave para melhorar a competitividade regional.

¹. O Nível 0 indica o território total do país e o Nível 1 determina grupos de macro-regiões.

As regiões como agentes do crescimento nacional

A concentração é provavelmente a característica mais notável da geografia da atividade econômica. Em todos os países da OCDE, há uma tendência para concentrar a produção em algumas áreas urbanas, a localizar as indústrias em pólos altamente especializados, e o desemprego, na maioria dos casos, está concentrado em algumas regiões.

As diferenças das condições climáticas e ambientais desencorajam a aglomeração humana em algumas áreas e favorecem a concentração da população na periferia de alguns centros urbanos. Mais da metade da população dos países da OCDE (53%) mora em zonas essencialmente urbanas (Gráfico 1.4). E este modelo de concentração é auto-reforçado por maiores oportunidades econômicas e pela maior disponibilidade dos serviços originados pelo intenso processo de urbanização. Em muitos países da OCDE – Áustria, Canadá, Finlândia, Hungria, Japão, Coreia, México, Portugal, Espanha, Suécia e Turquia – pelo menos 40% do PIB nacional são produzidos em apenas 10% das regiões (Gráfico 2.1).

O caso do desemprego é muito semelhante. Cerca de 47% do desemprego nos países da OCDE estão concentrados nas zonas urbanas, contra 31% e 22% nas zonas intermediárias e rurais, respectivamente (Gráfico 3.3). No entanto, há uma variação significativa na distribuição do desemprego por tipo de região de um país para o outro. Na Bélgica, Japão, Coreia, Países-Baixos, Reino-Unido e Estados- Unidos, pelo menos 60% do desemprego nacional estão concentrados nas zonas urbanas. No entanto, pelo menos a metade do desemprego total na Finlândia, Irlanda, Noruega, Polônia e Suécia está concentrada nas zonas rurais. Finalmente, na França, Nova-Zelândia, Espanha, República Eslovaca e Turquia, o desemprego está concentrado sobretudo nas zonas intermediárias.

Os principais resultados do crescimento econômico tendem a se localizar em algumas regiões. Em 2001, 54% do total das patentes registradas nos países da OCDE provinham de apenas 10% das regiões (Gráfico 5.1), e mais de 64% da população com alto nível de instrução moram nas zonas urbanas (Gráfico 6.3).

A concentração dos resultados econômicos significa que o desempenho nacional é liderado pelo dinamismo de algumas regiões. Em média, 10% das regiões representavam 56% do total de empregos criados nos países da OCDE entre 1996 e 2001 (Gráfico 9.3), enquanto aproximadamente 70% de desempregados estavam concentrados em outros 10% (Gráfico 9.4). Portanto, fatores regionais têm uma tendência a desempenharem um papel pelo menos tão importante quanto o dos fatores nacionais, na promoção do crescimento total nos países da OCDE.

Melhor utilização dos recursos locais

Há uma variação significativa do desempenho econômico nos países da OCDE, mas as disparidades nacionais são muitas vezes inferiores às diferenças observadas entre as regiões de um mesmo país. Em 2001, o PIB per capita de Luxemburgo era oito vezes mais elevado que o da Turquia. Na própria Turquia, porém, o PIB per capita na região de Kocaeli era quase 13 vezes superior ao da região de Hakkari. De modo similar, o PIB per

capita no Centro de Londres – Oeste do Reino Unido - era quase nove vezes superior que o da Ilha de Anglesey (Gráfico 11.2).

No mesmo ano, as diferenças internacionais nas taxas de desemprego alcançaram 17 pontos percentuais (Gráfico 13.1). No entanto, as diferenças regionais nas taxas de desemprego foram superiores a 20 pontos percentuais no Canadá, na Itália, Polônia e Espanha (Gráfico 13.2).

O desempenho econômico varia consideravelmente de uma região da OCDE para outra. Mas por que algumas regiões da OCDE são mais competitivas que outras? A análise comparativa regional (Quadro 15.1) possibilita a identificação dos principais fatores que explicam o alto PIB per capita em algumas regiões (vantagem comparativa) e o fraco PIB per capita em outras (desvantagem comparativa).

A produtividade aparece como a principal vantagem comparativa na maioria das regiões com alto PIB per capita (43%). Também representa a desvantagem comparativa mais freqüente na grande maioria de regiões com baixo PIB per capita (62%).

A alta participação no mercado de trabalho é considerada como a segunda vantagem comparativa mais freqüente nas regiões com alto PIB per capita (20%), enquanto a participação da mão de obra constitui a principal explicação da baixa competitividade em apenas 8% das regiões com um nível de PIB per capita inferior à média nacional.

As permutas, a especialização e as taxas de emprego parecem ser de igual importância nas regiões com baixo e alto PIB per capita. Elas representam 15% para a permutação, 7% para a especialização e 6% para as taxas de emprego.

Finalmente, as competências aparecem mais freqüentemente como uma vantagem comparativa do que como uma explicação do baixo desempenho. Representam a principal vantagem comparativa em 6% das regiões com alto PIB per capita, contra apenas 1% das regiões com baixo PIB per capita.

Concorrência baseada no bem-estar regional.

Os resultados econômicos são vitais para a competitividade regional, mas outros fatores intangíveis – muitas vezes mencionados como bem-estar – ajudam a explicar a capacidade da região em atrair empresas de alto valor e trabalhadores qualificados.

O bem-estar depende essencialmente da capacidade em aceder aos recursos e serviços que, muitas vezes, estão apenas disponíveis nos centros econômicos importantes. Em média, a distância (em tempo) necessária para um cidadão de um país da OCDE chegar ao centro mais próximo é de 39 minutos na zona urbana, de 1,55 hora na zona intermediária, e de 3,29 hora na zona rural (Gráfico 23.2).

O acesso à instrução superior varia significativamente de uma região para outra. Na Turquia e na República Eslovaca, observa-se a maior variação regional nas matrículas no ensino superior, enquanto as variações das taxas regionais de matrícula são baixas nos Estados Unidos, Países Baixos e Noruega (Gráfico 25.1).

O acesso aos serviços sanitários é um outro aspecto importante do bem-estar. Em quase todos os países, o número de médicos qualificados per capita é muito alto nas zonas

urbanas e muito baixo nas regiões rurais (Gráfico 27.2). Na República Eslovaca, o número de médicos per capita nas zonas urbanas representa quase o dobro da média nacional, embora na Áustria, Grécia, Hungria e Coreia, essa proporção seja superior à média em pelo menos 50%.

As diferenças de condições sanitárias produzem um impacto semelhante no bem-estar. Em 2001, as maiores diferenças regionais foram registradas nos Estados- Unidos, na Austrália e no México, enquanto o Japão, os Países-Baixos e Portugal conheceram as menores diferenças (Gráfico 26.2).

A segurança é um fator adicional da atratividade da região. Contribui para a decisão dos cidadãos de morarem em certas regiões, e ajuda a criar um ambiente de trabalho positivo para as empresas. A Espanha, República Eslovaca, Áustria e Turquia parecem ter as maiores disparidades regionais no que diz respeito aos atentados à propriedade. A Nova-Zelândia, Grécia e Dinamarca mostraram diferenças ainda inferiores entre as regiões (Gráfico 28.1).

O Canadá, os Estados- Unidos, a Austrália, Áustria, Finlândia, Coreia e Espanha também mostram as maiores diferenças regionais no percentual de crimes contra a pessoa, enquanto na Irlanda e Dinamarca, o percentual de crimes contra a pessoa parecem estar distribuídos mais uniformemente entre as regiões (Gráfico 29.1).

As maiores diferenças regionais nos percentuais de acidentes rodoviários com mortes foram registradas em Portugal e nos Estados- Unidos, e as menores na Nova-Zelândia, Países-Baixos e República Eslovaca (Gráfico 30.2). As zonas urbanas registraram o maior número de veículos particulares per capita em quase todos os países da OCDE. A densidade de veículos particulares é superior nas zonas rurais ou intermediárias apenas nos Estados- Unidos, na Suécia, Áustria e Canadá (Gráfico 31.2).

© OECD 2005

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE publicada originalmente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE
www.oecd.org/bookshop/

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit,
Public Affairs and Communications Directorate.

rights@oecd.org

Fax: +33 (0)1 45 24 13 91

OECD Rights and Translation unit (PAC)
2 rue André-Pascal
75116 Paris
França

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights/

